



RELATÓRIO DE CORREIÇÃO VIRTUAL

Autos nº 0000262-91.2016.8.24.0600

Ação: Correição Ordinária / Correição Geral Ordinária

Requerente: Corregedoria-Geral da Justiça de Santa Catarina

Requerido: Juízo da Vara da Família, Infância, Juventude, Idoso, Órfãos e Sucessões da comarca de Gaspar

ATIVIDADE CORREICIONAL

INFORMAÇÕES PRELIMINARES

Número da portaria: 6/2016 - CGJ

Período da correição: de 28 de março a 27 de maio de 2016

EQUIPE CORREICIONAL

Juíza-Corregedora: Simone Boing Guimarães

Assessora Técnica Correicional: Perla Maria Fusinatto Schappo

Analista Jurídico: Cristiane Bernadete de Souza



INTRODUÇÃO

Este relatório tem por objetivo apresentar um diagnóstico sobre o funcionamento da Unidade Jurisdicional após a coleta de dados realizada durante o período da correição.

Dessa forma, busca-se auxiliar e orientar a unidade, a fim de verificar se está cumprindo o padrão mínimo de funcionamento exigido pelo Código de Normas da Corregedoria-Geral da Justiça e outras determinações procedimentais emanadas do Conselho Nacional de Justiça, da Presidência do Tribunal de Justiça e da Corregedoria-Geral da Justiça.

Cumprindo as disposições contidas na Circular CGJ/SC n. 189/2015 e na portaria que consta dos autos digitais do processo CGJ epigrafado, realizou-se a correição virtual a seguir relatada.

Com a finalidade de captar os dados referentes aos serviços forenses judiciais, no que tange aos registros e tramitação processual, foram utilizados relatórios próprios, extraídos do Programa Inspeção Virtual, do Sistema de Automação da Justiça de Primeiro Grau – SAJ, SAJ Estatística, dos sistemas do Conselho Nacional de Justiça (CNJ) e do Cadastro Único Informatizado de Adoção e Abrigo/Ceja - Cuida.

A verificação da observância do Código de Normas da Corregedoria-Geral da Justiça e de outras determinações procedimentais emanadas do Conselho Nacional de Justiça, da Presidência do Tribunal de Justiça e da Corregedoria-Geral da Justiça deu-se por meio da emissão dos relatórios mencionados anteriormente.



DADOS DA UNIDADE

Comarca: Gaspar

Unidade: Vara da Família, Infância e Juventude, Idoso, Órfãos e Sucessões

Municípios integrantes: Gaspar e Ilhota

Juiz titular: Rafael Germer Conde

Chefe de cartório: Yáskara Luana Gonçalves

Última correição por equipe da CGJ/SC: não houve

Competência: Resolução TJ n. 28, de 16-9-2015: "[...] Art. 2º Compete ao Juiz de Direito da Vara da Família, Infância, Juventude, Idoso, Órfãos e Sucessões da comarca de Gaspar: I - processar e julgar as ações relativas: a) à família (art. 96 da Lei n. 5.624, de 9 de novembro de 1979); b) à infância e juventude (Leis n. 5.624, de 9 de novembro de 1979, e 8.069, de 13 de julho de 1990), incluídos os procedimentos para apuração de ato infracional; c) à investigação de paternidade de que trata a Lei n. 8.560, de 29 de dezembro de 1992; d) às medidas protetivas do Estatuto do Idoso (Lei n. 10.741, de 1º de outubro de 2003); e) aos órfãos, aos ausentes e aos interditos (art. 97 da Lei n. 5.624, de 9 de novembro de 1979); f) à provedoria, aos resíduos e às fundações (art. 98 da Lei n. 5.624, de 9 de novembro de 1979); g) à sucessão de maiores e capazes; II - cumprir cartas de ordem e cartas precatórias no âmbito de sua competência. Parágrafo único. Os processos referidos nos incisos I e II deste artigo, atualmente em tramitação nas 1ª e 2ª Varas da comarca de Gaspar serão redistribuídos ao Juiz de Direito da Vara da Família, Infância, Juventude, Idoso, Órfãos e Sucessões.[...]"

Entrância: final

Observações:



1 INFORMAÇÕES DO CARTÓRIO

1.1 ESTATÍSTICA PROCESSUAL - Processos físicos + eletrônicos

	Indicador	Valor
1.1.1	Processos em andamento + procedimentos em andamento	2.919
1.1.2	Processos em andamento	2.779
1.1.3	Procedimentos em andamento	140
1.1.4	Observações	

Informações obtidas mediante consulta ao SAJ Estatística (Relatório Gerencial da Vara). Mês de referência maio de 2016.

1.2 ESTATÍSTICA PROCESSUAL – Processos eletrônicos

	Indicador	Valor
1.2.1	Processos em andamento + procedimentos em andamento	1.171
1.2.2	Processos em andamento	1.047
1.2.3	Procedimentos em andamento	124
1.2.4	Observações	

Informações obtidas mediante consulta ao SAJ Estatística (Relatório Gerencial da Vara). Mês de referência maio de 2016.

1.3 ESTATÍSTICA PROCESSUAL – Processos conclusos

	Indicador	Eletrônicos	Físicos	Total
1.3.1	Quantidade total de processos com o juiz	36	306	342
1.3.1.1	Observação			

Informações obtidas em 1º-7-2016.

1.4 ESTATÍSTICA PROCESSUAL – Processos distribuídos

	Período	Total	Média mensal
1.4.1	Janeiro a dezembro de 2014	0	0
1.4.2	Janeiro a dezembro de 2015	73	6
1.4.3	Janeiro a junho de 2016 (mês anterior ao da consulta)	673	112
1.4.4	Observações		

Informações obtidas mediante consulta ao SAJ Estatística (Relatório Totalizador de Distribuições), referente ao corrente ano e aos dois últimos anos anteriores ao da realização da correição.



1.5 FILAS DE TRABALHO – Processos eletrônicos

	Indicador		Valor
1.5.1	Processos nas filas de trabalho há mais de 100 dias		105
	Cível – Genérico - Processo		
1.5.1.1	Ag. prazo	18	
	Família - Processo		
1.5.1.2	Ag. Audiência	3	
1.5.1.3	Ag. Prazo	79	
1.5.1.4	Análise do Cartório – Trânsito em Julgado	4	
	Processo Físico - Processo		
1.5.1.5	Ag. Impressão – Vara	1	



1.5.1.6	Observações
<p>a) Informações obtidas em 7-7-2016.</p> <p>b) Na data de 7-7-2016, foi verificado o fluxo de trabalho dos processos eletrônicos e foram analisadas as seguintes filas:</p> <p>b.1) Ag. Análise "Ag. Análise do Cartório", com 7 processos e data de entrada mais antiga em 23-2-2016. "Análise do Cartório – Trânsito em Julgado", com 5 processos e data de entrada mais antiga em 3-8-2015.</p> <p>b.2) Urgente "Cumprir urgente", com 8 processos e data de entrada mais antiga em 7-6-2016. "Concluso – Urgente", com 38 processos e data de entrada mais antiga em 20-6-2016.</p> <p>b.3) Recebido do Juiz. "Recebido do Juiz – Despacho", com 202 processo e data de entrada mais antiga em 13-4-2016; "Recebido do Juiz – Decisão", com 28 processos e data de entrada mais antiga em 28-4-2016; "Recebido do Juiz – Sentença", com 90 processos e data de entrada mais antiga em 17-3-2016.</p> <p>b.4) Escrivão: não existem processos nesta fila.</p> <p>b.5) "Ag. Audiência" e "Cumprir Audiência": constatou-se a existência de 13 processos com audiências já realizadas.</p> <p>b.6) "Arquivado Definitivamente": foram analisados 5 processos (n. [REDACTED], [REDACTED]), por amostragem. Verificou-se que em todos há decisão de 2016 determinando o arquivamento e não consta a certidão do art. 327 CNGCJ (Provimento n. 1/2016 – CGJ e Resolução n. 33/2015 - TJ).</p> <p>b.7) Processo Suspenso: há 3 processos nesta fila [REDACTED], [REDACTED] e 0005507-33.2015.8.24.0025). Verificou-se que em todos há decisão determinando a suspensão.</p>	

1.6 PROCESSOS AGUARDANDO IMPULSO

MOVIMENTAÇÃO/SENTENÇA

	Indicador	Padrão de conformidade	Primeira verificação	Segunda verificação
1.6.1	Processos sem movimento há mais de 180 dias	O relatório não deve trazer registro	5	3
1.6.1.1	Percentual de processos sem movimentação há mais de 180 dias em relação ao total de processos em andamento na unidade.		0,16%	0,10%
1.6.1.2	Observações	a) Primeira verificação: mês de referência fevereiro de 2016. b) Segunda verificação: mês de referência maio de 2016. c) Informações obtidas mediante consulta ao SAJ Estatística (Relatório Gerencial da Vara).		



	Indicador	Padrão de conformidade	Primeira verificação	Segunda verificação
1.6.2	Processos de perda e/ou suspensão do poder familiar com tramitação há mais de 120 dias – art. 163, ECA	O relatório não deve trazer registro	88	26
1.6.3	Processos ativos sem vinculação de assunto (tabelas processuais unificadas).		137	37
1.6.4	Audiências com situação “pendente” há mais de 30 dias.		19	40
1.6.5	Meta 2 – identificar e julgar até 31-12-2016, pelo menos 80% dos processos ativos e sem movimentação de sentença, distribuídos até 31-12-2012 e 100% dos processos ativos e sem movimentação de sentença, distribuídos até 31-12-2013, nos Juizados Especiais.		187	203
1.6.6	Meta 4 – identificar e julgar até 31-12-2016, pelo menos 70% das ações de improbidade administrativa e ações penais relacionadas a crimes contra a administração pública, distribuídas até 31 de dezembro de 2013.		Não se aplica	Não se aplica
1.6.7	Meta 6 – identificar e julgar até 31-12-2016, as ações coletivas distribuídas até 31-12-2013.		2	4
1.6.8	Observações	a) Primeira verificação em 22-3-2016. a.1) Itens 1.6.5 e 1.6.7: dados do mês de dezembro de 2015, extraídos do site desta Corregedoria (http://cgj.tjsc.jus.br/intranet/meta2/index.htm). As planilhas indicam a quantidade total de processos distribuídos até o ano referido em cada Meta do CNJ. b) Segunda verificação em 4-7-2016. b.1) Itens 1.6.5 e 1.6.7: dados do mês de abril de 2016 extraídos do site desta Corregedoria (http://cgj.tjsc.jus.br/intranet/meta2/index.htm). As planilhas indicam a quantidade total de processos distribuídos até o ano referido em cada Meta do CNJ.		



PENDÊNCIAS

1.6.9	Pendências em aberto (período de pesquisa: 1-1-1900 a 22-2-2016)	O relatório deve trazer os registros efetivamente pendentes	Primeira verificação	Segunda verificação
	Petição intermediária		105	10
	Peticionamento eletrônico		6	2
	Mandados		6	0
	AR		20	3
1.6.9.1	Observações			
a) Primeira verificação em 20-3-2016. b) Segunda verificação em 1º-7-2016.				

MANDADOS

	Indicador	Padrão de conformidade	Primeira verificação	Segunda verificação
1.6.10	Mandados em carga com oficial de justiça há mais de 30 dias	O relatório não deve trazer registros	8	3
1.6.10.1	Observações			
a) Primeira verificação em 22-3-2016. b) Segunda verificação em 1º-7-2016.				

PROCESSOS ELETRÔNICOS EM OUTROS SETORES

	Indicador	Valor			
		Primeira verificação		Segunda verificação	
		Total	+100d	Total	+100d
1.6.11	Outros setores (listar os setores encontrados com processos)				
1.6.11.1	Contadoria	0	0	4	0
1.6.11.2	Distribuição	1	0	1	0
1.6.11.3	Ministério Público	98	15	114	4
	Oficialato da Infância e Juventude	6	0	1	0
1.6.11.4	Serviço Social	48	24	30	2
	Setor de Psicologia	26	12	16	0
1.6.11.5	Observações				
a) Primeira verificação em 22-3-2016. b) Segunda verificação em 1º-7-2016.					



PROCESSOS FÍSICOS EM CARGA

	Indicador	Valor			
		Primeira verificação		Segunda verificação	
1.6.12	Quantidade total de processos em carga	918		603	
	Local	Total	+100d	Total	+100d
	Cargas internas				
1.6.12.1	Juízes				
	Rafael Germer Condé (titular)	625	0	306	1
	Raphael de Oliveira e Silva Borges	4	4	0	0
1.6.12.2	Contadoria	49	0	49	0
1.6.12.3	Distribuição	1	0	0	0
1.6.12.4	Ministério Público	164	1	151	0
1.6.12.5	Assistente Social	10	0	23	1
1.6.12.6	Psicólogo	2	0	2	0
	Cargas externas - Terceiros sem acesso ao SAJ				
1.6.12.7	Advogado	59	0	57	0
1.6.12.8	Perito	1	0	14	0
1.6.12.9	Delegacia de Polícia	3	0	1	1
1.6.12.10	Observações				
	a) Primeira verificação: mês de referência janeiro de 2016. b) Segunda verificação: mês de referência maio de 2016. c) Informações obtidas mediante consulta ao SAJ Estatística (Relatório Gerencial da Vara).				



1.6.13 PROCESSOS COM MESMO LOCAL FÍSICO HÁ MAIS DE 30 DIAS					
	Indicador	Valor			
		Primeira verificação		Segunda verificação	
		Total	+ 30d	Total	+ 30d
	Atendimento				
1.6.13.1	Cartório - recebido do advogado	2	2	5	0
	Remessa/recebimento/relação/certificação				
1.6.13.2	Cartório – aguardando	31	2	61	1
1.6.13.3	Cartório – aguardando AR	62	20	61	0
1.6.13.4	Cartório – aguardando carta precatória	32	24	14	0
1.6.13.5	Cartório – aguardando confecção de relação	0	0	0	0
1.6.13.6	Cartório – aguardando mandado	104	53	66	0
1.6.13.7	Cartório – aguardando publicação de relação	209	28	142	6
1.6.13.8	Cartório – arquivar	0	0	0	0
1.6.13.9	Cartório – escaninho da delegacia	0	0	0	0
1.6.13.10	Cartório – escaninho do advogado	0	0	0	0
1.6.13.11	Cartório – escaninho do juiz	13	0	8	0
1.6.13.12	Cartório – escaninho do juiz (assinaturas)	12	1	14	1
1.6.13.13	Cartório – escaninho do promotor	10	0	30	0
1.6.13.14	Cartório – recebido do juiz	-	-	-	-
1.6.13.15	Cartório – recebido do promotor	-	-	-	-
1.6.13.16	Cartório – recebido do contador	-	-	-	-
1.6.13.17	Cartório – prazo 1 a 31	211	127	7	1
1.6.13.18	Cartório – mesa do escrivão	27	20	8	3
1.6.13.19	Cartório – mesa do escrivão (assinaturas)	13	1	29	0
1.6.13.20	Cartório – mesa 01 a 10	16	0	18	3
	Expedição/cumprimento				
1.6.13.21	Cartório – cumprir despacho	56	13	82	8
1.6.13.22	Cartório – cumprir despacho urgente	11	0	1	1
1.6.13.23	Cartório – expedir alvará	2	0	1	0
1.6.13.24	Cartório – expedir correspondência	0	0	0	0
1.6.13.25	Cartório – expedir edital	0	0	0	0
1.6.13.26	Cartório – expedir formal	0	0	0	0
1.6.13.27	Cartório – expedir mandado	0	0	0	0
1.6.13.28	Cartório – expedir precatória	1	1	0	0
	Organização/juntada				
1.6.13.29	Cartório – aguardando juntada	55	3	30	1
1.6.13.30	Cartório – aguardando petição	12	1	17	1
1.6.13.31	Cartório – aguardando resposta de ofício	23	13	6	2
1.6.13.32	Observações				
	a) Primeira verificação em 22-3-2016.				
	b) Segunda verificação em 1º-7-2016.				
	c) Dados coletados do relatório de processos ativos por unidade, mediante filtro do "local físico" e "data do local físico".				



1.7 REGISTROS CRIMINAIS

	Indicador	Padrão de conformidade	Primeira verificação	Segunda verificação
1.7.1	Acompanhamento de infrações penais - apresentação em aberto há mais de 30 dias.	O relatório não deve trazer registro	Não se aplica	Não se aplica
1.7.2	Acompanhamento de infrações penais - prestação em aberto há mais de 30 dias.		Não se aplica	Não se aplica
1.7.3	Acompanhamento de infrações penais - prestação pecuniária em aberto há mais de 30 dias.		Não se aplica	Não se aplica
1.7.4	Acompanhamento de infrações penais - multa penal em aberto há mais de 30 dias.		Não se aplica	Não se aplica
1.7.5	Acompanhamento de infrações penais - medida de segurança em aberto há mais de 30 dias.		Não se aplica	Não se aplica
1.7.6	Mandados de prisão em aberto com erros		2	5
1.7.7	Processos criminais com sentença condenatória sem a criação de PEC	O relatório não deve trazer registro de ação penal com sentença condenatória transitada em julgado sem PEC	3	0
1.7.8	Observações	a) Primeira verificação em 22-3-2016. b) Segunda verificação em 1º-7-2016.		

1.7.9	Réu preso	Provisório	O relatório deve conter os acusados presos em razão de prisões processuais e os apenados em regime aberto. Somente conterá os apenados com condenação definitiva (transitada em julgado) que estejam cumprindo pena em estabelecimentos penais da comarca. A quantidade de presos das unidades prisionais locais deve coincidir com o número informado no Cadastro Nacional de Inspeções em Estabelecimentos Penais	0	0
		Definitivo		0	2
1.7.9.1	Réu preso - total			0	2
1.7.9.2	Observações		a) Primeira verificação em 22-3-2016. b) Segunda verificação em 1º-7-2016.		



[REDACTED]	[REDACTED]	[REDACTED]	[REDACTED]
[REDACTED]	[REDACTED]	[REDACTED]	[REDACTED]
[REDACTED]	[REDACTED]	[REDACTED]	[REDACTED]
[REDACTED]	[REDACTED]	[REDACTED]	[REDACTED]
1.7.13	Observações		
a) Primeira verificação em 22-3-2016.			
b) Segunda verificação em 1º-7-2016.			
b) Item 1.7.12:			
[REDACTED]			
[REDACTED]			
[REDACTED]			
[REDACTED]			
[REDACTED]			
[REDACTED]			



1.8 SISTEMAS DO CONSELHO NACIONAL DE JUSTIÇA

	Indicador	Padrão de conformidade	Primeira verificação	Segunda verificação
1.8.1	Sistema Nacional de Bens Apreendidos – SNBA	Os bens devem ser cadastrados pelo servidor até o último dia útil do mês seguinte ao da distribuição do processo ou do procedimento criminal em que houve a apreensão. Os bens devem ser atualizados sempre que as informações nele contidas forem alteradas nos autos do processo ou do procedimento criminal em tramitação.	Parcialmente alimentado	Parcialmente alimentado
1.8.2	Sistema Nacional de Controle de Interceptações – SNCI	As informações devem ser alimentadas pelo Magistrado com competência criminal sempre até o dia 10 do mês subsequente ao vencido	Não se aplica	Não se aplica
1.8.3	Cadastro Nacional de Inspeções nos Estabelecimentos Penais – CNIEP	As informações devem ser alimentadas pelo Magistrado com competência criminal sempre até o dia 10 do mês subsequente ao vencido	Não se aplica	Não se aplica
1.8.4	Cadastro Nacional de Condenações Cíveis por Atos de Improbidade Administrativa e Inelegibilidade – CNCIAI	As informações devem ser alimentadas mensalmente pelo Magistrado, que deverá indicar somente as alterações, inclusões e exclusões, processadas após o trânsito em julgado da sentença condenatória	Não se aplica	Não se aplica
1.8.5	Observações			
a) Primeira verificação em 22-3-2016.		[REDACTED]		
b) Segunda verificação em 7-7-2016.		[REDACTED]		



1.9 CADASTRO ÚNICO INFORMATIZADO DE ADOÇÃO E ABRIGO - CUIDA

	Indicador	Padrão de conformidade	Primeira verificação	Segunda verificação
1.9.1	Cadastro único informatizado de adoção e abrigo - abrigos (relatório de visita às entidades de acolhimento)	As informações devem ser alimentadas mensalmente pelo Magistrado (envio do relatório de visita mensal), de acordo com o art. 6º da Resolução Conjunta n. 08/2009-GP/CGJ e art. 409 do CNCGJ.	Parcialmente alimentado	Parcialmente alimentado
1.9.1.1	Observações			
	a) Primeira verificação em 22-3-2016. a.1) Existem 3 programas institucionais de acolhimento e/ou programas de acolhimento familiar cadastrados no sistema. Todos apresentam como última ocorrência relatório de inspeção inserido em 28-1-2016. b) Segunda verificação em 7-7-2016. b.1) A situação permanece inalterada em relação à quantidade e à situação dos relatórios de cada abrigo.			



CONSIDERAÇÕES CONCLUSIVAS

Os trabalhos da correição iniciaram-se na data mencionada nas informações preliminares, de forma remota, pela Corregedoria-Geral da Justiça.

Na primeira verificação foram consultados e emitidos diversos relatórios por meio do programa de Inspeção Virtual, Sistema de Automação da Justiça de Primeiro Grau – SAJ, SAJ Estatística, Sistemas do Conselho Nacional de Justiça (CNJ) e Cadastro Único Informatizado de Adoção e Abrigo/Ceja - Cuida, os quais foram enviados à unidade por correio eletrônico, juntamente com as instruções para a realização dos ajustes.

Foi concedido o prazo de sessenta dias, a partir do recebimento dos relatórios e das instruções, para que a unidade efetuasse as correções dos registros apontados, período em que a Corregedoria-Geral da Justiça permaneceu à disposição para dirimir dúvidas.

Decorrido o prazo inicial para a regularização dos registros, procedeu-se à segunda verificação, com os mesmos parâmetros da primeira, cujos dados permitiram a finalização do presente relatório.

Outrossim, deverá o relatório, sem os anexos, ser arquivado na pasta/livro de visitas e correições da unidade.

À consideração de Vossa Excelência.

Florianópolis, 08 de julho de 2016.

Perla Maria Fusinatto Schappo
Assessora Técnica Correicional – Mat. 9.914

Cristiane Bernadete de Souza
Analista Jurídico - M14829